

EMENDA N.º 2, ADITIVA, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 11, DE 17 DE MARÇO DE 2022.

01-Da Proposição

Apresentamos a presente Emenda ao Projeto de Lei Complementar n.º 11, de 2022, o qual “*Altera a Lei Complementar nº 105, de 28 de outubro de 2017*”, visando incluir novo Art. 3º à Proposição, renumerando-se os subsequentes, o qual terá como objeto exclusivo a criação de novas atribuições ao Procurador Jurídico da Casa. Além disso, pretendemos incluir as mesmas atribuições na redação do Anexo VII, relativo às atribuições do cargo de Procurador, **o que pode ser feito em redação final**, dispensando elaboração de novo Anexo. O dispositivo a ser incluído terá a seguinte redação:

02-Do Contexto:

Art. 3º O Art. 9º da Lei Complementar n.º 105, de 2017, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

Art. 9º

VII – por meio do procurador, defender judicialmente, mesmo após a extinção do vínculo ou mandato, a presidência da Casa, os servidores e os parlamentares, nos processos judiciais relativos:

- a) ao exercício do mandato ou ao desempenho das atribuições do cargo;
- b) à defesa das funções institucionais do Poder Legislativo ou do mandato de vereador; ou
- c) à defesa das prerrogativas legais inerentes ao mandato ou ao Poder Legislativo.

VIII – por meio do procurador, defender em âmbito administrativo externo ao Poder Legislativo, mesmo após a extinção do vínculo ou mandato, a presidência da Casa, os servidores e os parlamentares em questões relativas ao exercício do mandato ou desempenho das atribuições do cargo.

IX – por meio do procurador, superintender, quando solicitado, as demais Secretarias da Casa e aos parlamentares no que se refere aos aspectos redacional e jurídico dos documentos oficiais do Poder Legislativo, com ênfase nas prováveis consequências jurídicas advindas.

X – por meio do procurador, superintender, quando solicitado, as comissões de trabalho da Casa, no que se refere aos aspectos redacional e jurídico dos documentos confeccionados, com ênfase nas prováveis consequências jurídicas advindas.

03-Da Justificativa:

A nossa intenção, ao apresentar a presente Emenda, é de estabelecer novas atribuições ao Procurador Jurídico da Casa, compatíveis com o nível remuneratório estabelecido e com o nível técnico do cargo. As modificações pretendidas possibilitarão ao procurador defender, judicial e administrativamente, servidores e edis em questões relativas ao mandato e às atribuições do cargo. Inicialmente, no projeto, havia apenas a previsão de defesa judicial, o que foi alargado para contemplar processos administrativos, como aqueles que tramitam perante o Ministério Público Estadual.

Além disso, pretendemos deferir ao procurador a responsabilidade de rever todos os documentos elaborados pelo Poder Legislativo, seja por seus servidores, parlamentares e comissões de trabalho, com ênfase no aspecto redacional e consequências jurídicas.

Segundo nosso prudente entendimento, estas alterações são necessárias e se alinham ao objeto principal do Projeto e à correta técnica legislativa. É preciso que o procurador jurídico tenha respaldo legal para atuar na defesa institucional dos edis e dos servidores, o que não existe na presente lei.

Em face destas razões, contamos com os votos dos pares edis na aprovação desta Emenda.

Cláudio/MG, 31 de março de 2022.

Tim Maritaca – PSL
Vereador Presidente do Poder Legislativo de Cláudio/MG

Evandro da Ambulância – PL
Vereador Vice Presidente do Poder Legislativo de Cláudio/MG

Marcos Paulo Dutra – PSB
Vereador Secretário do Poder Legislativo de Cláudio/MG

Maurilo do Sindicato – PL
Vereador Segundo Secretário do Poder Legislativo de Cláudio/MG